



Crédito facilitado e renegociação de dívidas para pequenos negócios



Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente Lula assinou a medida provisória que cria o Programa Acredita, um pacote de ações de acesso a crédito e renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas. O objetivo é estimular a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico. ► PÁGINA 6

Direito

Por uma Administração Pública Proba

Sistema de Responsabilização aprimorado?!

► PÁGINA 5

Saúde

Pressão Alta

Você pode não vê, mas seu coração sente!

► PÁGINA 3

Governo Central tem déficit primário de R\$ 1,5 bilhão em março

► PÁGINA 2

Cláudio Castro vai ao STF para suspender dívida com a União

► PÁGINA 5

Arthur Lira defende proposta para limitar ações no Supremo

Lula Marques/Agência Brasil



► PÁGINA 7

Encontro reúne mães atípicas na Câmara de Duque de Caxias

ARt Video/Victor Hugo



► PÁGINA 4

Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres

► PÁGINA 8

Alerj aprova prorrogação de incentivos fiscais

► PÁGINA 2

Não pode ter muito penduricalho, diz Alckmin sobre reforma tributária

► PÁGINA 3



Tomaz Silva/Agência Brasil

Governo Central tem déficit primário de R\$ 1,5 bilhão em março

Informação foi divulgada nesta segunda-feira (29) pelo Tesouro Nacional

O aumento das receitas fez o déficit primário cair em março de 2024. No mês passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou resultado negativo de R\$ 1,527 bilhão, contra déficit primário de R\$ 7,083 bilhões em relação a março de 2023, queda de 79,3% além da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

“Comparado a março de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação de aumento real de 8,3% (R\$ 12,6 bilhões) da receita líquida [após transferências a estados e municípios] e aumento real de 4,3% (R\$ 6,8 bilhões) das despesas totais”, informou o Tesouro Nacional, em seu relatório divulgado nesta segunda-feira (29).

O resultado de março passado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 5,1 bilhões.



José Cruz/Agência Brasil

Nos três primeiros meses do ano, o Governo Central registra superávit primário de R\$ 19,431 bilhões, valor 39,8% menor que o obtido no mesmo período do ano passado, descontado o IPCA, quando foi R\$ 31,208 bilhões. As contas do governo ainda registram superávit em 2024 por causa do resultado positivo recorde de R\$ 79,337 bilhões em janeiro, já que em fevereiro o resultado negativo foi recorde com a antecipação de R\$ 30,1 bilhões de pagamentos de precatórios.

O resultado primário apresenta a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central.

O último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado no fim de março, projetou déficit

primário de R\$ 9,3 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do PIB. Para cumprir a meta fiscal, o governo bloqueou R\$ 2,9 bilhões do Orçamento e manteve a estimativa de arrecadar R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024.

(Agência Brasil)
Leia mais acessando <https://encurtador.com.br/loCHK>



Alerj aprova prorrogação de incentivos fiscais até final de 2026

Projeto também prorroga até 2026 concessão de crédito de ICMS para investimentos em infraestrutura

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou na quinta-feira (25/04), em discussão única, o Projeto de Lei 3.366/24, de autoria do Poder Executivo, que prorroga 59 incentivos fiscais que constam no Convênio ICMS 226/23 até 31 de dezembro de 2026.

A proposta ainda internaliza o Convênio ICMS 133/23, que também prorroga até 2026 a concessão de crédito outorgado de ICMS para aplicação em investimentos de infraestrutura. A medida segue para o governador Cláudio Castro, que tem até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la.

A concessão do crédito outorgado de ICMS deverá ser destinada exclusivamente a aplicação em investimentos em infraestrutura no Estado do Rio. O crédito não poderá exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

“É de suma importância o fomento em investimento em infraestrutura no Estado do Rio de

Janeiro, inserido em um contexto de estímulo à política tributária fluminense, que viabiliza o desenvolvimento econômico fluminense”, afirmou o governador Cláudio Castro.

PRORROGAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS

Entre os 59 incentivos que também podem ser prorrogados constam benefícios para produção de veículos, medicamentos, produtos essenciais da cesta básica e para modernizações de zonas portuárias. Caso o projeto seja aprovado, todos esses incentivos serão prorrogados até o final de 2026. Além dos 59 regimes tributários diferenciados, o Convênio ICMS 226/23, também conta com outro incentivo fiscal, mas que poderá ser prorrogado até dezembro de 2024. O incentivo é referente a produção de produtos médicos, como cateter, bolsa para drenagem e oxigenador.

“Além do viés econômico e dos serviços fundamentais, pontua-se oportunamente que o Estado de

São Paulo se encontra em processo de internalização do Convênio nº 226/23. Deste modo, a internalização pelo Estado do Rio

de Janeiro, garante a isonomia e competitividade com o ente limítrofe”, explicou o governador Cláudio Castro.

SIVDC
SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, TRANSPORTES DE VALORES, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E DE CURSO DE FORMAÇÃO E SIMILARES OU CONEXOS DE DUQUE DE CAXIAS - RJ

Avenida General Carlos Marciano de Medeiros, Lt 02, Qd 18, Parque Fluminense, Duque de Caxias - RJ
CNPJ 36.554.434/0001-80
Tel. 31341193 - e-mail: sidcaxias@yahoo.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SEGURANÇA ELETRÔNICA

Aos 30 (trinta dias) de abril de 2024 (dois mil e vinte quatro), na sede do sindicato, na Av. General Carlos Marciano de Medeiros, Lt 02, Qd 18, Parque Fluminense, Duque de Caxias-RJ, irão se reunir em assembleia geral extraordinária os trabalhadores da segurança eletrônica e diretores do sindicato para votar a matéria que foi publicada no jornal Capital, Mercado e Negócios em sua edição na segunda quinzena de abril de 2024, para deliberar a ordem do dia, dando início em primeira chamada às 10H00 e as 11H00 na segunda chamada com qualquer número de trabalhadores presentes, fazendo a leitura do edital o primeiro secretário conforme a ordem dia:

1º - Permissão para entregar a pauta de reivindicação da Convenção Coletiva dos Trabalhadores (CCT) dos trabalhadores da segurança eletrônica de primeiro de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2025 para negociação com o Sindicato Patronal SINDESP – RJ, CNPJ 30.903.678/0001-45;

2º - Permissão para assinar a Convenção Coletiva dos Trabalhadores (CCT) conforme similaridade e conexão; e

3º - Permissão para descontar dos trabalhadores de segurança eletrônica a contribuição assistencial;

4º - Permissão para colocar em CCT a Phenix - Assessoria e Consultoria Empoesarial Ltda; e

5º - Assuntos gerais.

Carlos Gil de Souza - Diretor Presidente

Petrobras irá distribuir R\$ 21,95 bi em dividendos extraordinários

Montante é referente a 50% do valor avaliado para os dividendos

A Petrobras irá distribuir aos acionistas um total de R\$ 21,95 bilhões, referente a 50% do valor avaliado para os dividendos extraordinários. A decisão é relativa ao exercício social de 2023. Com as atualizações monetárias desde o dia 31 de dezembro do ano passado, o pagamento está atualmente calculado em R\$ 1,7571521 por ação preferencial e ordinária. No entanto, a remuneração se dará em duas parcelas iguais nos meses de maio e de junho e, até as datas dos efetivos repasses, os valores seguirão sendo corrigidos.

Na ocasião, também serão pagos R\$ 14,19 bilhões referentes a compromissos assumidos anteriormente pela Petrobras, levando em conta o lucro de 2023 e a fórmula prevista em sua Política de Remuneração aos Acionistas. Dessa forma, considerando todos os repasses, atualmente os valores somam R\$ 2,8949567 por ação preferencial e ordinária, sendo que cada uma das duas parcelas equivale neste momento a R\$ 1,44747835. As atualizações, que seguirão sendo realizadas até o efetivo pagamento, têm como base a taxa Selic.

A decisão foi aprovada na quinta-feira (25) durante assembleia geral ordinária, que voltou a deliberar sobre a remuneração aos acionistas relativa ao exercício social de 2023. Até o mês passado, já haviam sido pagos R\$ 58,21 bilhões. Com os novos repasses que serão realizados, a remuneração total chegará a R\$ 94,35 bilhões.

Um impasse envolvendo o pagamento dos dividendos extraordinários vinha se arrastando desde março, quando foi anunciado o resultado financeiro da companhia em 2023 com um lucro líquido de R\$ 124,6 bilhões, o segundo maior de sua história. Na ocasião, o Conselho de Administração da Petrobras, composto majoritariamente por representantes da União indicados pelo governo brasileiro, comunicou que faria a retenção dos dividendos extraordinários, avaliados R\$ 43,9 bilhões.

A decisão de reter esse montante foi tomada devido à previsão de novos investimentos. Embora a diretoria da companhia houvesse sugerido distribuir 50% dos valores, o Conselho de Administração avaliou que seria necessário examinar melhor os cenários e demandou análises mais detalhadas, postergando o pagamento desses recursos para outro momento.

Conforme o Estatuto da Petrobras, anualmente os acionistas têm direito de repartir dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Valores que superam esse percentual são considerados dividendos extraordinários, cujo repasse não é obrigatório.

A retenção dos valores anunciados em março teve repercussão nas ações da Petrobras, que despencaram cerca de 10% em apenas um dia. Especialistas em economia e mercado de petróleo apontaram a queda como resultado de um movimento especulativo voltado para pressionar pelo pagamento dos dividendos de forma imediata, estimulando principalmente por acionistas com interesses de curto prazo. A crise também alcançou a esfera política, levando o governo a ser questionado sobre a permanência no cargo do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Conforme o calendário de pagamento previsto, a primeira parcela deverá ser repassada no dia 20 de maio para os detentores de ações da Petrobras negociadas na B3, a bolsa de valores brasileira. Já quem possui American Depositary Receipts (ADRs), certificados de ações negociados nos Estados Unidos, será remunerado no dia 28 de maio. A segunda parcela está agendada para 20 de junho para os acionistas com títulos na B3 e para 27 de junho para os detentores de ADRs. (Agência Brasil)

CAPITAL

MERCADO & NEGÓCIOS

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 2671-6611 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:

comercial@jornalcapital.jor.br | contato.capitalmercado@gmail.com
comercial.capitalmercado@gmail.com | redacao@jornalcapital.jor.br
contato@jornalcapital.jor.br | redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 26716611 - (21) 98400-0441

Associado à AdJorRJ
Associação dos Diretores
de Jornais do Interior



Na internet:
www.jornalcapital.jor.br



Departamento Comercial: (21) 2671-6611 / 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ
Colaboradores:
Roberto Dalib
Gilmara Rodrigues do Nascimento

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores

Não pode ter muito penduricalho, diz Alckmin sobre reforma tributária

Vice-presidente defende crédito para a indústria

Tomaz Silva/Agência Brasil



A presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento ao Desenvolvimento (FPSNF), Deputada Luísa Canziani, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante e o presidente da ABDE e da Finep, Celso Pansera.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, defendeu, na quinta-feira (25), no Rio de Janeiro, que a regulamentação da reforma tributária pelo Congresso Nacional não pode ter muito penduricalho, sob pena de impedir a redução da carga tributária no país.

A declaração foi feita após participar da abertura de um evento sobre fortalecimento da indústria. Alckmin fez uma defesa da reforma, afirmando que a legislação aprovada pelo parlamento no ano passado vai “desonerar completamente investimento e exportação”.

“A reforma reduz custo para pagar imposto. O que não pode é ter muito penduricalho. A gente precisa ter cuidado na regulamentação para não ter muitas exceções, para a gente [poder] focar muito no IVA [Imposto sobre Valor Adicionado], um grande salto de qualidade porque não terá cumulatividade”, observou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou a proposta de regulamentação da reforma tributária aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na quarta-feira (24).

A equipe econômica do governo prevê alíquota média do IVA de 26,5%. Mas há a preocupação de os parlamentares criarem exceções para alguns setores, como bens e serviços, que seriam beneficiados com menos impostos. A contrapartida seria uma compensação que onere outros produtos. Atualmente, os bens e os serviços brasileiros pagam, em média, 34% de tributos federais, estaduais e municipais.

INDUSTRIALIZAÇÃO

O fórum Financiamento

à Neointustrialização, promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), foi realizado na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Durante o encontro, o BNDES lançou uma plataforma online que reúne informações sobre empréstimos concedidos no âmbito do Plano Mais Produção, braço de financiamento da Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial lançada pelo governo em janeiro.

De acordo com o painel, desde então o BNDES aprovou R\$ 96,9 bilhões em financiamentos, tendo sido liberados R\$ 69,6 bilhões até o fim de março. “Não há desenvolvimento sem crédito”, disse Alckmin.

O vice-presidente e ministro elogiou a iniciativa do BNDES. “Transparência é sinônimo de eficiência. Quanto mais transparente, mais eficiência há”, observou.

A seguir, ele elencou medidas do governo de estímulo ao setor e falou sobre a importância da indústria para a economia do país. “Quem mais melhora a renda é a indústria. Indústria e construção civil são campeãs em termos de emprego e renda”, assegurou.

Alckmin comemorou dados de investimentos da indústria automobilística. “O setor automotivo fechou ontem R\$ 129,6 bilhões de investimento já confirmados de todas as montadoras, praticamente, no Brasil. Teremos mais 5% disso, perto de R\$ 6,5 bilhões na indústria de autopeças”, detalhou.

FINANCIAMENTOS

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, adiantou prévias do balanço do banco referente ao primeiro trimestre deste ano, a ser divulgado oficialmente em 9 de maio.

“As aprovações de crédito

cresceram 92%, é um crescimento extraordinário [em relação ao mesmo período de 2023]”, afirmou. Acrescentou que a inadimplência, ou seja, o não recebimento de recursos emprestados pelo banco, é inferior a 0,01%.

Mercadante defendeu que assim como Estados Unidos, União Europeia e China fazem política industrial com subsídios do governo e financiamentos, o Brasil deve seguir o mesmo caminho. Segundo ele, o BNDES já aprovou, até abril, R\$ 100 bilhões dos R\$ 250 bilhões previstos pela Nova Indústria Brasil até 2026. E opinou: “R\$ 250 bilhões é pouco. O Brasil pode mais, a indústria pode mais”, declarou.

Alckmin e Mercadante manifestaram interesse em que o Congresso Nacional aprove mais rapidamente o projeto de lei que cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), que prevê reforçar em R\$ 10 bilhões ao ano a capacidade de financiamento para investimentos.

As LCDs seriam uma forma de os bancos de desenvolvimento captarem recursos. Em resumo, pessoas e empresas poderiam comprar LCDs e receberiam rendimentos pagos pelos tomadores. Um atrativo é que esses rendimentos teriam isenção do imposto de renda para pessoa física e alíquota de 15% para empresas, assim como acontece para letras de crédito para a agricultura (LCA) e o setor imobiliário (LCI). O projeto de lei das LCD está na Câmara e tramita em regime de urgência.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Durante o evento no Rio, o BNDES firmou um acordo de cooperação técnica com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência pública que financia a inovação.

[Trata-se de] “uma parceria para ter uma compe-

tência complementar e não concorrente, para agilizar as liberações, cada um se dedicar a sua especialidade, aquilo que tem mais condições de avaliação. Para a gente poder impulsionar mais rapidamente ainda os recursos para inovação”, assegurou Mercadante.

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Celso Pansera, ressaltou o crescimento de demanda por financiamento à inovação.

“Nos quatro anos do governo anterior, a Finep emprestou em torno de R\$ 5 bilhões, enquanto no ano passado emprestamos R\$ 5,7 bilhões, em um único ano. É forte a demanda na área de inovação e vamos continuar trabalhando muito”, garantiu. (Agência Brasil)



Coluna
Saúde
Roberto Daiub

Pressão Alta

Você pode não vê, mas seu coração sente!

O aumento da pressão sanguínea é conhecido como hipertensão arterial. De acordo com o Ministério da Saúde, mais de 30 milhões de pessoas sofrem com a doença no Brasil. O problema representa um risco à saúde, requer acompanhamento médico e uma mudança de hábitos na perspectiva de uma vida mais saudável.

O TRATAMENTO

“O tratamento da hipertensão primária (sem causas secundárias) se baseia em três pilares básicos: dieta saudável, exercícios físicos e medicamentos. Para alguns casos iniciais, pode-se tentar o tratamento não medicamentoso isoladamente por até seis meses através de prática de atividades físicas, reeducação alimentar e perda de peso com consequente redução dos níveis pressóricos. Na prática, no entanto, os remédios fazem parte do tratamento desde o início, porque muitos pacientes negligenciam a importância da mudança do estilo de vida.

Algumas pessoas acabam abandonando o tratamento da hipertensão depois de um tempo, o que pode ser extremamente perigoso. Existem os riscos imediatos da suspensão abrupta de alguns remédios, com retorno dos sintomas e picos de pressão alta, dor de cabeça e risco de acidente vascular cerebral (AVC) do tipo isquêmico e/ou hemorrágico.

Por outro lado, a doença pode não apresentar nenhum sintoma. Com a falta de cuidados, a hipertensão pode progredir silenciosamente e afetar órgãos, como os olhos, os rins, o coração e o cérebro, levando à insuficiência renal e cardíaca e, em casos graves, provocando a perda da visão e a necessidade de hemodiálise.

A suspensão momentânea do uso de remédios também é prejudicial e não é recomendada. Alguns pacientes dizem que medem a pressão todos os dias, observam que ela está normal e não tomam o seu medicamento, reservando-o para somente quando a pressão estiver alta, sendo um erro bastante grave. O tratamento contínuo, entretanto, serve para evitar que a pressão suba e deve ser seguido à risca, com consultas regulares pelo médico assistente (cardiologista) pelo menos duas vezes ao ano.

Cardiologista

Diretor clínico da Encor Clínica Médica e Odontológica

Médico da UNIFESO

Médico concursado da Prefeitura municipal de Duque de Caxias



(21) 2633-1723
98483-5834

clinicaencor.wordpress.com



mais artigos

CLINICA MÉDICA & ODONTOLÓGICA

Especialidades

- CARDIOLOGIA
- Adulto e Pediátrica
- CLÍNICA MÉDICA
- ANGIOLOGIA
- Tratamento de Varizes
- ORTOPEDIA
- NUTRIÇÃO
- CIRURGIA GERAL
- VIDEOLAPAROSCÓPICA
- UROLOGIA
- NEFROLOGIA

Exames Complementares

- Eletrocardiograma Digital
- Check Up
- Risco Cirúrgico
- Mapa 24h
- Holter 24h
- Atestado p/ Atividades Físicas

EXAMES MÉDICOS

EXAMES COMPLEMENTARES

EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia

- Clínica Geral
- Ortodontia
- Endodontia
- Periodontia
- Odontopediatria
- Cirurgias de inclusos e de 3º Molares
- Prevenção
- Implantes
- Carga imediata
- Enxertos ósseos
- Próteses convencionais
- Tratamento p/ Hipertensão
- Tratamento p/ Diabético
- Tratamento c/ monitoramento

Estética

- Harmonização Facial
- Botox e Preenchimento
- Bichectomia

Consultas com preços acessíveis. Aceitamos todos os cartões.

Ligue agora!

21 2633-1723

98483-5834

Marque sua consulta pelo Whatsapp

Encontro reúne mães atípicas na Câmara de Duque de Caxias

Na ocasião, neuropsicólogo, psicólogo e nutricionista trataram de assuntos relevantes para as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA)



A necessidade de constante capacitação dos profissionais da educação, a seletividade alimentar das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e histórias de vidas comoventes fizeram parte do encontro com diversas mães atípicas e seus filhos, no dia 24/04, no plenário da Câmara de Duque de Caxias.

Por iniciativa do presidente da Casa, Celso do Alba (União Brasil), os participantes acompanharam a abordagem dos profissionais. A mesa também foi composta pelo deputado estadual Marcelo Dino (União Brasil), o irmão de Celso, Rodrigo do Alba, idealizadores e representantes do projeto “Te Ajudo”.

O deputado estadual Marcelo Dino ressaltou projetos importantes aprovados e em pauta na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na Câmara de Duque de Caxias, e também a sua preocupação em acompanhar de perto as conquistas dos autistas e das suas famílias. “Temos diversos projetos, indicações que nós fizemos e, foi através de vocês que nos trouxeram. É uma perspectiva que eu tenho: que Duque de Caxias seja referência, um marco na questão do autismo”.

Rodrigo do Alba justificou a ausência de seu irmão por motivos de saúde e enfatizou a necessidade de incluir, cada vez mais, as pessoas com TEA na sociedade.

A oportunidade de discutir temas importantes para as pessoas com TEA e seus familiares na Casa Legislativa, foi destacada por Rogério Lo-

pes, um dos diretores do projeto “Te Ajudo”. “Hoje, é uma data em que a Câmara Municipal abre as portas para discutirmos um tema que é de suma importância para a sociedade”.

Rodrigo Lopes, também um dos idealizadores do projeto “Te Ajudo”, disse que, e, apenas três meses, atuando em Duque de Caxias, já foram realizados mais de 300 atendimentos. “Pela primeira vez, Duque de Caxias mobilizou, verdadeiramente, para a causa. O impacto do projeto “Te Ajudo” e o impacto de outros projetos, que são tratados com seriedade, tomaram uma dimensão tão grande que chamou o interesse do poder público e, hoje, chegamos a esta Casa”.

O neuropsicólogo, Neemias Barbosa, ressaltou que existe algo muito marcante nos atendimentos que é o fato de a pessoa precisar receber o acompanhamento devido. “Do ponto de vista psicológico e neuropsicológico, a pior coisa que pode existir para uma pessoa, chama-se dúvida. No projeto, o que a gente faz, a priori, é receber as mães e tirar todas as suas dúvidas de maneira paciente”.

O sócio fundador e CEO do Instituto Neurodiversidade, João Lucas Maciel, foi enfático ao relatar que, através do tripé família, clínica e escola que se irá garantir o pleno desenvolvimento das pessoas com autismo. “É através do suporte às famílias e o acolhimento, do tratamento de qualidade, porque quanto antes forem feitas as intervenções, é melhor, e através também de uma edu-

cação inclusiva e de qualidade. Mas, se a gente não lutar, não continuar de mãos dadas, nada vai mudar”.

O psicólogo, Alexandre Bragança, alertou para o alto número de abandono dos pais aos seus filhos autistas, culminando com a criação exclusiva das mães, o que afeta a autoestima delas, mesmo a sociedade obrigando a todos serem felizes constantemente, mesmo diante dos problemas. “Cerca de 85% das mães com as quais trabalhamos não têm tempo para si, para se olhar, para se cuidar, mas é importante lembrar que o tempo é o bem mais precioso que existe”.

A seletividade alimentar das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi tratada pela nutricionista Thamires de Carvalho. “Cerca de 67% dos autistas têm seletividade alimentar e, a maioria da seletividade, é de fator sensorial, por textura, sabor, cor. Há também o fator individual, quando a pessoa não tem interesse nenhum pelo alimento”.

A presidente projeto “Te Ajudo”, Aline Brandão, falou de seu empenho e trabalho para que todas as famílias recebam o atendimento digno e adequado aos seus casos. “A gente uma luta, um motivo para continuar. É difícil, mas não é impossível. Fico no polo do Pilar, segundas e quintas, e atendo todos que batem a minha porta. O SUS é para todos e, o ‘Te Ajudo’, também é para todos”.

No final do encontro, foram entregues moções de aplausos.

Brasil passa de 4 milhões de casos de dengue; mortes chegam a 1.937

Outros 2.345 óbitos estão sendo investigados

O Brasil passou de 4 milhões de casos de dengue registrados neste ano, conforme atualização do Painel de Monitoramento das Arboviroses do Ministério da Saúde nesta

segunda-feira (29). No total, 4.127.571 casos prováveis da doença foram notificados em todo o país nos quatro primeiros meses.

Quanto às mortes por dengue, 1.937 foram confirmadas e 2.345 estão sob investigação. O coeficiente de incidência da doença no país é 2.032,7 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

A faixa etária mais afetada é de 20 a 29 anos, que concentra a maior parte dos casos. Já a faixa etária menos atingida é a de crianças menores de 1 ano, seguida por pessoas com 80 anos ou mais e por crianças de 1 a 4 anos.

As unidades da Federação com maior incidência da doença são Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina.

Projeções divulgadas no início do ano apontam

que os casos de dengue no país podem chegar a 4.225.885.

COMBATE À DENGUE

O Ministério da Saúde e o governo de Minas Gerais inauguraram nesta segunda-feira (29), em Belo Horizonte, a Biofábrica Wolbachia. A unidade, administrada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vai permitir ao Brasil ampliar sua capacidade de produção de uma das principais tecnologias no combate à dengue e outras arboviroses.

A Wolbachia é uma bactéria presente em cerca de 60% dos insetos na natureza, mas ausente naturalmente no *Aedes aegypti*. O chamado método Wolbachia consiste em inserir a bactéria em ovos do mosquito em laboratório e criar *Aedes aegypti* que portam o microrganismo. Infectados pela Wolbachia, eles não são capazes de carregar os vírus que causam dengue, zika, chikungunya ou febre amarela. (Agência Brasil)

Um novo conceito em Clínica Médica

Cuidando da Saúde de sua família

ESPECIALIDADES:

- Clínica Médica
- Cardiologia
- Nutrição

EXAMES:

- Eletrocardiograma
- Ecocardiograma com Color Doppler
- Holter 24h
- M.A.P.A 24h
- Teste ergométrico
- Doppler colorido (membros superiores e inferiores)
- Doppler colorido de Aorta e seus Ramos
- Doppler Colorido de Carótidas e vertebrais



Agende sua Consulta

(21) 2653-1640

(21) 98445-1640

Rua Correia Meyer, Nº400
25 de Agosto - Duque de Caxias/RJ

Nova Iguaçu e região têm aumento de 39% nas atividades de importação e exportação

Boletim Rio Exporta mostra crescimento do comércio exterior entre as cidades da Baixada Fluminense

O boletim Rio Exporta produzido pela Firjan para uma análise sobre o comércio exterior em todo o estado, aponta resultados positivos para municípios do Rio de Janeiro. Em 2023, o estado acumulou uma corrente de comércio de US\$ 76 bilhões, apresentando um cenário de estabilidade em relação ao ano anterior, com crescimento de 3%. Excluindo a capital fluminense, as regionais do estado alcançaram US\$ 25 bilhões em

vendas internacionais, valor que representou 50% das exportações de todo estado. Já no que se refere às importações, a participação foi de 73%, totalizando US\$ 18,8 bilhões em 2023.

Numa análise regional, em especial para os municípios da Baixada Fluminense, as atividades destas cidades representaram 37% das exportações e 20% das importações do estado. O recente estudo que avalia o ano de 2023, mostra que Nova Iguaçu

e região registraram uma corrente de comércio de US\$ 3,3 bilhões, valor 39% superior ao registrado em 2022. Itaguaí se destaca entre os municípios do entorno, tendo sido responsável pelo aumento de 41% (US\$ 3 bilhões) das exportações, com embarques destinados principalmente para a China. No período também houve crescimento de 21% em importações em toda a região, sendo enfatizada a atividade da cidade de Seropédica, com

crescimento de 46% (US\$ 107 milhões).

Entre os produtos importados por Nova Iguaçu e região, a análise apontou o aumento de 992% na compra de medicamentos (US\$ 12,9 milhões) originários principalmente do México. O crescimento das importações apontado em Seropédica é resultado dos desembarques de preparações para higiene bucal (US\$ 15,7 milhões) e medicamentos (US\$ 12,6 milhões).

Cláudio Castro entra com ação no STF para suspender dívida com a União

A medida pede a exclusão dos valores indevidos e ilegalmente incluídos no saldo devedor; Dívida já chega a R\$ 191 bilhões.

O governador Cláudio Castro entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) na sexta-feira (26/04), para suspender, em caráter liminar, o pagamento da dívida fluminense com a União, que totaliza R\$ 191 bilhões. A medida vai permitir que o Rio de Janeiro tenha segurança para negociar o recálculo do montante, sem que haja riscos aos cofres estaduais.

O Estado do Rio entende que, ao longo das últimas décadas, foram impostas condições consideradas abusivas pela União. Diante disso, a ação pede a exclusão dos valores indevidos e ilegalmente incluídos no saldo devedor ao longo do tempo, de acordo com parâmetros compatíveis com as demais despesas públicas.

Quando se iniciaram as primeiras renegociações, na década de 1990, a dívida estadual com a União estava em R\$ 13 bilhões. Desde então, já foram pagos R\$ 155 bilhões - sendo cerca de R\$ 108 bilhões só de juros e encargos. Apesar do valor já pago, o Rio ainda deve R\$ 160 bilhões à União e R\$ 30 bilhões por empréstimos garantidos por ela. Há ainda R\$ 1 bilhão em operações não garantidas pelo Governo Federal.

Além da dívida, o Es-



Divulgação/GOV RJ

tado ainda foi prejudicado por impactos no cofre, devido a políticas implementadas pelo Governo Federal, como a redução do ICMS de energia, telecomunicações e combustíveis. Abrindo mão de parte desta receita, o Rio de Janeiro perde, em média, R\$ 9 bilhões por ano.

- Pela primeira vez o Estado do Rio de Janeiro coloca à mesa a discussão correta, a razão pela qual a dívida chegou a este patamar. A verdade é que há uma dívida multibilionária, impagável, que cresce muito mais do que a possibilidade de crescimento do nosso estado e até do país. Tenho atuado nessa discussão, reforçando a ne-

cessidade de se construir um caminho para que possamos ter equilíbrio financeiro para investir e garantir a prestação de serviços públicos à população. Tentamos a renegociação, o diálogo e ainda não conseguimos chegar a um entendimento. São como juros do cartão rotativo: pagamos, pagamos e a dívida só aumenta. Seguiremos em discussão com o Governo Federal, em busca de uma solução - declarou Cláudio Castro.

DÍVIDA HISTÓRICA

As dívidas do Rio de Janeiro foram repactuadas na década de 1990, portanto, há 30 anos. Desde então,

passaram por várias negociações e refinanciamentos. Em 1999, houve o maior refinanciamento contratado, de R\$ 13 bilhões - nos valores da época. Ao longo do tempo, os débitos foram impactados por diversas leis e normativas federais, além de inúmeros passivos.

O montante da dívida do Rio de Janeiro apresentou um alto crescimento, entre outros motivos, devido aos indexadores utilizados para cobrança de juros (IGP-DI + 6% e posteriormente IPCA + 4% ou Selic) ao longo do tempo. Soma-se a isso a metodologia de variação cumulativa dos índices estabelecida pela União, ao invés da adoção de um modelo mensal.

Sessão do Congresso Nacional sobre vetos presidenciais é adiada

Falta de acordo político adiou votação por duas semanas

A sessão do Congresso Nacional que analisaria vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a propostas aprovadas pelo Legislativo foi cancelada por falta de acordo entre os líderes partidários. A reunião conjunta entre deputados federais e senadores, que estava marcada para a noite da quarta-feira (24), foi remarçada para ocorrer entre os dias 7 e 9 de maio. Na semana que vem, o feriado do dia 1º de maio deve esvaziar o Parlamento.

"De fato, não havia um mínimo consenso em relação a tudo quanto havia de projetos e de vetos, melhor dizendo, nessa sessão do Congresso. Então, damos mais esse prazo, para que possam, os líderes, entabularem o máximo possível acordos, sobretudo os vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual", expli-



Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

cou o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em declaração à imprensa.

Entre os itens na pauta estavam os vetos em relação ao projeto que restringe as saídas temporárias de presos e o que impediu R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. A expectati-

va era que se os itens fossem à votação, o governo sofreria uma derrota e os vetos presidenciais seriam derrubados.

Após informar sobre o adiamento da sessão, Pacheco observou que as datas dos dias 7 e 9 de maio serão definitivas, sem possibilidade de prorrogação.

Ao todo, na pauta desta sessão, constavam 32 vetos. O veto ocorre quando presidente da República recusa, total ou parcialmente, um projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Para derrubar um veto, são necessários os votos de 257 deputados e 41 senadores. (Agência Brasil)



Direito do Cidadão
Gilmar Rodrigues do Nascimento

Por uma Administração Pública Proba

Sistema de Responsabilização aprimorado?!

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), através de seu canal de noticiais, nos blindou com a sua breve e importante digressão acerca do dever da conduta honesta, proba no desenvolvimento da função pública.

A corte nos remonta à antiguidade com o Código de Hamurabi, onde era aplicado sanção ao julgador que conduzisse indevidamente o processo, faz referência a Lei das Dozes Tábuas (Roma antiga), onde era imputado ao julgador que recebesse dinheiro, na atualidade suborno, para favorecer à uma das partes, este por sua vez era punido com a morte. Já no contexto histórico do direito brasileiro, o princípio da probidade tem por paradigma o Código Criminal de 1830, com sanções para o agente ímprobo, todas essas reflexões para falar da importância da Lei de Improbidade Administrativa, que na atualidade, ganhou novos contornos, com a sua considerável alteração com o advento da Lei 12.430/2021.

E, diante desta importante alteração em nosso sistema jurídico pela busca de melhores práticas na gestão pública, quero aqui compartilhar com vocês parte dessa "fotografia" apresentada Corte Cidadã.

O primeiro ponto é aplicação retroativa da Lei 14.230/2021 é limitada. A recente jurisprudência do STJ é restrita aos atos de improbidade culposos praticados na vigência da norma anterior, sem condenação transitada em julgado.

Ficou definido ainda que, a partir da vigência da Lei 14.230/2021, o deferimento da indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa depende da demonstração de urgência da medida, bem como o dolo do agente.

Também dispôs a Corte da impossibilidade de condenação genérica baseada em incisos revogados.

Segundo o STJ, através do colegiado de direito público, firmou-se o entendimento da impossibilidade da condenação genérica, baseada em incisos revogados. Com a nova redação do artigo 11 da Lei de Improbidade, que tipificou de forma taxativa os atos ímprobos por ofensa aos princípios da administração pública, não é possível a condenação genérica com base nos revogados incisos I (ato visando a fim proibido em lei ou regulamento) e II (retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício), em relação aos atos praticados na vigência do texto anterior da lei e sem a condenação transitada em julgado.

No julgamento do AREsp 1.174.735, o ministro Paulo Sérgio Domingues afirmou que o panorama normativo da improbidade administrativa sofreu alterações significativas após a Lei 14.230/2021 - legislação que, em diversos pontos, representou verdadeira lei nova mais benéfica ao réu (novatio legis in mellius).

Ainda em relação à caracterização do ato ímprobo, o STJ já se manifestou no sentido de que não é possível afastar a acusação de improbidade se a conduta não foi completamente abolida da legislação, mas apenas teve alterada a sua especificação pelo novo texto legal.

Fonte: STJ

Advogada especialista em Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmararodriguesadv@gmail.com



mais artigos

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

anuncie
impresso e digital

21 26716611
21 984000441

comercial@jornalcapital.jor.br

comercial.capitalmercado@gmail.com

Governo facilita crédito e renegocia dívidas de pequenos negócios

Custo estimado em renúncia fiscal é de R\$ 18 milhões em 2025



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na segunda-feira (22), a medida provisória (MP) que cria o Programa Acredita, um pacote de ações de acesso a crédito e renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas. Com o objetivo de estimular a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico, o programa também prevê ampliação de crédito para mulheres empreendedoras e incentivos a investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis.

“Nós precisamos fazer alguma coisa para ajudar as pessoas que têm um pequeno comércio, que têm um pequeno restaurante, um pequeno bar, e que durante a crise [econômica da pandemia] de covid essa pessoa se endividou e não consegue sair dessa dívida”, disse Lula durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

“Não tem nada mais imprescindível para uma sociedade, qualquer que seja ela, se desenvolver, se ela não tiver condições de ter

oportunidade e se ela não tiver crédito”, afirmou o presidente. “Banco não foi preparado para receber pobre, para receber as pessoas que não chegam de terno e gravata e não chegam bem vestidos. O que nós estamos fazendo é criando as condições para, independentemente da quantidade, da origem social, do tamanho dos negócios, as pessoas tenham o direito de ter acesso ao sistema financeiro e pegar um crédito”, acrescentou Lula.

O incentivo à renegociação de dívidas é inspirado no Desenrola Brasil, programa do Ministério da Fazenda que tem como público-alvo pessoas físicas com o CPF negativado e que foi prorrogado até 20 de maio. Já o Desenrola Pequenos Negócios tem como público-alvo os MEI, as microempresas e as pequenas empresas com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões e que estão inadimplentes com dívidas bancárias.

Até o fim deste ano, os pequenos empresários poderão renegociar as dívidas que estavam inadimplentes

até o dia da publicação da MP, no Diário Oficial da União. Por meio do programa, o governo federal vai autorizar que o valor renegociado possa ser contabilizado para a apuração do crédito presumido dos bancos nos exercícios de 2025 a 2029.

“Isso significa que os bancos poderão elevar seu nível de capital para a concessão de empréstimos”, explicou a Presidência. Segundo um comunicado, esse incentivo não gerará gasto extra para o governo este ano. Nos próximos anos, o custo estimado em renúncia fiscal é de R\$ 18 milhões em 2025; R\$ 3 milhões em 2026 e sem nenhum custo em 2027.

De acordo com dados do Serasa Experian, cerca de 6,3 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes em janeiro de 2024, maior número da série iniciada em 2016.

O Programa Acredita também cria o programa de crédito ProCred 360 destinado a MEI e microempresas com faturamento anual limitado a R\$ 360 mil. A iniciativa estabelece con-

dições especiais de taxas e garantias por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil.

Para esse público, o programa oferece juros fixados em Taxa Selic mais 5% ao ano, uma taxa menor que a do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Hoje, a Selic, a taxa básica de juros, está em 10,75% ao ano. Além disso, o programa permite o pagamento de juros no período de carência, “contribuindo para uma melhor organização financeira dos tomadores de crédito”.

Para as empresas de porte médio, com faturamento de até R\$ 300 milhões, a medida reduz os custos do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com 20% de redução do Encargo por Concessão de Garantia (ECG). (Agência Brasil)

Leia mais acessando <https://encurtador.com.br/qtux4>



Braskem firma parceria para estudo de eletrificação dos fornos de craqueamento

Iniciativa faz parte das ambições da empresa petroquímica no combate às alterações climáticas

A Braskem, maior produtora de polímeros de base biológica do mundo, e a Lummus Technology, fornecedora global de tecnologias de processo e soluções de energia, anunciam o desenvolvimento de um estudo sobre a demonstração industrial do forno elétrico de craqueamento SRT-eTM, da Lummus, para descarbonizar uma das unidades da petroquímica no Brasil. O estudo fornecerá as bases para uma eventual negociação entre as duas empresas em um acordo definitivo que estabelecerá as diretrizes para implementar a descarbonização nas plantas da Braskem.

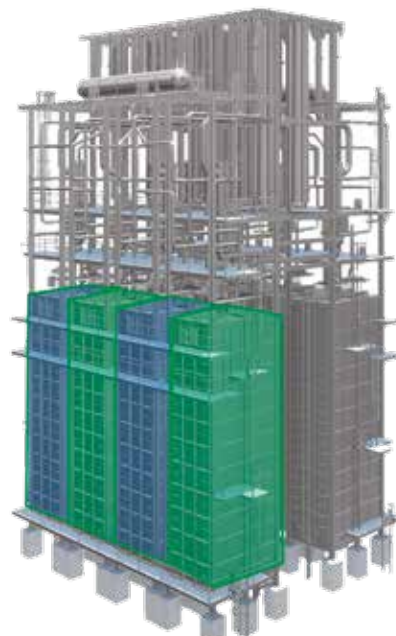
“A escolha do forno elétrico de craqueamento SRT-eTM, da Lummus, como uma proposta para descarbonizar as plantas de eteno da Braskem se baseia no compromisso compartilhado de desenvolver e implementar tecnologias, soluções sustentáveis e lucrativas”, diz Jose de Barros, vice-presidente e diretor geral de Etileno da Lummus Technology. “Estamos ansiosos para demonstrar a nossa tecnologia inovadora de eletrificação que reduz drasticamente as emissões de gases de efeito estufa”, completa.



O forno elétrico SRT-eTM aproveita a comprovada tecnologia Short Residence Time (SRT®) da Lummus, modificada para operar com eletricidade, e incorpora um design modular de célula unitária que pode ser replicado nas plantas da Braskem para acomodar qualquer capacidade comercial. A tecnologia utiliza todos os componentes demonstrados comercialmente, além do perfil de fluxo de calor ideal, o que leva a uma maior vida útil da serpentina de radiação e durabilidade da campanha de operação. Além disso, o descoqueamento pode ser realizado em células unitárias, portanto, não é necessário um forno sobressalente.

Esta iniciativa faz parte das ambições da Braskem no combate às alterações climáticas, o que inclui a redução das emissões de gases com efeito de estufa em 15% até 2030 e o alcance da neutralidade carbônica até 2050.

“A nossa ambição é reduzir consideravelmente as emissões de CO2 e aumentar a sustentabilidade dos nossos produtos por meio da inovação, do desenvolvimento interno e de parcerias importantes. A tecnologia SRT-eTM, da Lummus, poderá ajudar a Braskem a atingir sua meta de neutralidade de carbono até 2050, aumentando a eficiência energética em nossos crackers”, diz Antonio Queiroz, vice-presidente de Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável da petroquímica. “A expansão do uso de eletricidade e materiais renováveis permitirá à Braskem reduzir a sua pegada de carbono na produção de eteno, propileno e outros produtos químicos.”



Dívida soberana global deve se tornar foco de atenção, diz Campos Neto

Presidente do BC afirma que é preciso achar soluções privadas

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na segunda-feira (22/4) que a dívida soberana deve se tornar foco internacional de atenção em breve. “Em algum momento, vai virar um tema de sustentabilidade da dívida e o fiscal vai ficar mais no foco”, disse no evento organizado pela Legend Investimentos.

“O que acontece é que a gente tem que parar e pensar. Se a gente somar Japão, Estados Unidos e Europa, isso mais ou menos dá dois terços da dívida soberana mundial. Se dois terços da dívida soberana mundial custava 1% para rolar essa dívida e agora custa 3,2%, multiplicou por



três. E, além disso, essa dívida subiu 25% durante a pandemia”, ressaltou.

“A gente fez uma coisa muito boa, que foi um programa mundial, e local também, de enfrentamento à pandemia, que foi muito bom, mas o custo disso é que ficou uma dívida muito grande que a gente precisa pagar. Então, a gente precisa enten-

der que agora, em algum momento, a gente precisa falar de como a gente vai conseguir pagar essa dívida de forma eficiente”, avaliou.

Campos Neto disse que é preciso achar soluções privadas para sair dessa crise fiscal, no contexto mundial e no Brasil. “O mercado hoje tem uma percepção de que, qualquer problema, os governos vão vir e vão resgatar os mercados. O problema é que esses resgates todos são feitos com dívida. E a gente está cada vez, globalmente falando, com menos espaço para isso. Então, o ponto que eu sempre tenho levantado é que a gente precisa achar soluções privadas para sair dessa crise”, defendeu. (Agência Brasil)

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

anuncie
impresso e digital

21 26716611 21 984000441
comercial.capitalmercado@gmail.com
comercial@jornalcapital.jor.br

Arthur Lira defende proposta para limitar ações no Supremo

Mudança exigiria aprovação de uma emenda constitucional no Congresso

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quer “subir o sarrafo” de quem pode propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, inclusive contra decisões do parlamento. “Temos parlamentares que têm coragem de enfrentar esse tema”, assegurou.

As falas de Lira são de discurso feito, na manhã do sábado (27), na abertura da 89ª ExpoZebu em Uberaba (MG), organizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). A mudança nas ADI exigiria aprovação de emenda constitucional, com aprovação de três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49), em dois turnos em cada casa parlamentar.

As ações diretas de inconstitucionalidade estão previstas na Constituição Federal (artigos 102 e 103). Conforme a norma, podem pedir ADI o presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; mesas de assembleias legislativas ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; governadores de estado ou do Distrito Federal; o procurador-geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partidos



Lula Marques/Agência Brasil

políticos com representação no Congresso Nacional; e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.

“O que é que adianta um projeto com 400 votos no plenário da Câmara e um parlamentar entra com a ADI e um ministro [do STF] dá uma liminar?”, indagou o presidente da Câmara se referindo à suspensão de decisões tomadas no Congresso. Segundo ele, o STF recebe essas demandas “todos os dias de todos os setores” e as “discussões [jurídicas] nunca findam.”

O presidente da Câmara prometeu até o final do seu mandato, em janeiro de 2025, discutir nova legislação sobre desmatamento ilegal e exploração de mi-

nério ilegal no país. “Nós sabemos que existe e fechamos os olhos para não tratar de uma legislação. E quem paga a conta lá fora é o produtor rural indevidamente.”

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira prevê no seu mandato votar a regulamentação da reforma tributária. A tramitação na Câmara dos Deputados não terá relator único. “Nós vamos fazer grupos de trabalho com deputados que não tenham interesses nas áreas que vão ser tratadas para que a gente faça um enxugamento nos 500 artigos”.

Dos 513 deputados, 324 pertencem à Frente Parlamentar da Agropecuária,

com membros da base do governo e da oposição. Arthur Lira prometeu que o agronegócio, assim como saúde e educação, terá tratamento “diferenciado” na regulamentação da nova legislação dos tributos.

Diante da plateia ruralista, o presidente da Câmara ainda criticou as manifestações ocorridas no Abril Vermelho, campanha tradicional pró reforma agrária que esse ano promoveu 24 ocupações em 11 estados. “Essa confusão de Abril Vermelho, a gente tem que desestimular que isso aconteça no Brasil. A segurança jurídica no campo é a única coisa que o produtor precisa para produzir, seja na pecuária, seja na agricultura.” (Agência Brasil)

Dino quer ouvir Congresso sobre suposta ilegalidade em emendas

Parlamento tem prazo de 15 dias para se manifestar

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino concedeu na sexta-feira (19/4) prazo de 15 dias para o Congresso se manifestar sobre o suposto descumprimento dos fundamentos da decisão da Corte que considerou inconstitucionais as emendas orçamentárias RP9, conhecidas como orçamento secreto.

Pela decisão, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSB-MG), poderão enviar esclarecimentos à Corte. A presidência da República também foi intimada a se manifestar sobre o caso. O envio das informações não é obrigatório.

“Intimem-se o requerente [PSOL], bem como os interessados, presidente da República, presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, para, querendo, no prazo de 15 dias, se manifestarem acerca do noticiado pelos amigos da Corte”, escreveu o ministro.

A decisão de Flávio Dino foi motivada por uma petição enviada ao Supremo pelas organizações Contas Abertas, Transparência Brasil e a Transparência Internacional. Segun-



Rosinei Coutinho/SCO/STF

do as entidades, o Congresso descumpra a decisão tomada em 2022, quando o STF proibiu o orçamento secreto.

Para as entidades, o Congresso continua utilizando indevidamente as emendas de relator na forma de “emendas Pix”, por meio de transferências individuais, com baixo controle de transparência sobre a aplicação dos recursos, descumprindo os fundamentos que consideraram o orçamento secreto inconstitucional.

Após receber as manifestações, o ministro deverá decidir a questão. A data do julgamento não foi definida.

Em dezembro de 2022, a partir de uma ação protocolada pelo PSOL, o STF entendeu que as emendas do orçamento secreto são inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras dos recursos distribuídos pelas emendas de relator para cumprir a determinação da Corte. (Agência Brasil)



Gilmar Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907



Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres

Diferença entre rendimentos é a menor já registrada, mostra IBGE

Em 2023, os 10% da população brasileira com maiores rendimentos domiciliares per capita tiveram renda 14,4 vezes superior à dos 40% da população com menores rendimentos. Essa diferença é a menor já registrada no Brasil. Os dados fazem parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada na sexta-feira (19/4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que os 10% da população com maior rendimento domiciliar por pessoa tiveram, no ano passado, renda mensal média de R\$ 7.580. Já os 40% dos brasileiros com menor rendimento obtiveram R\$ 527. Ambos os valores são os maiores registrados para cada faixa de renda.

Em comparação mais extrema, o 1% da população com maior rendimento tinha renda mensal (R\$ 20.664) que chegava a 39,2 vezes à dos 40% de menor renda. Em 2019, a diferença era de 48,9 vezes – a maior já registrada.

REDUÇÃO DA DIFERENÇA

A diferença de 14,4 vezes entre os 10% das maiores faixas de renda e os 40% das menores é a mesma de 2022. Em 2019, antes da pandemia de covid-19, a relação estava em 16,9 vezes. O ponto mais desigual - 17 vezes - foi atingido em 2021, auge da pandemia.

A série histórica do IBGE teve início em 2012, quando a relação era de 16,3 vezes. Desde então, os menores rendimentos cresceram em proporções superiores aos do topo da pirâmide. Por exemplo, os 5% menores rendimentos tiveram evolução de 46,5%, e os localizados entre 5% e 10% menores subiram 29,5%. Na outra ponta, a faixa dos 10% maiores cresceu 8,9%.

Em janela de tempo mais curta, também é possível encontrar um estreitamento da diferença. Em 2019, os 40% da população com menores rendimentos tiveram evolução nos rendimentos de 19,2%. Já os 10% com maiores rendimentos aumentaram registraram aumento de 1,51%.

Entre 2022 e 2023, enquanto o rendimento médio domiciliar por pessoa cresceu 11,5%, o segmento dos 5% mais pobres teve elevação de 38,5%.

FATORES

Para o analista da pesquisa, Gustavo Geaquinto, três fatores podem explicar o crescimento mais intenso da renda dos grupos mais pobres da população. Um deles está relacionado aos programas so-

ciais, em especial o Bolsa Família, que chegou a R\$ 600, com inclusão de R\$ 150 por criança de até 6 anos e o adicional de R\$ 50 por criança ou adolescente (de 7 a 18 anos) e por gestante.

Outra explicação é a expansão do mercado de trabalho, com a entrada de 4 milhões de pessoas no número de ocupados. “Pessoas que não recebiam o rendimento de trabalho passaram a receber”.

O pesquisador cita ainda o aumento do salário mínimo acima da inflação. “O que afeta não apenas o rendimento do trabalho, mas também o rendimento de aposentadorias e pensões e outros programas sociais, como o Benefício de Prestação

Continuada (BPC - um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade).

Em 2023 o salário mínimo teve dois reajustes e, em maio, passou a valer R\$ 1.320.

A pesquisa do IBGE classifica como rendimento todo o dinheiro obtido por meio de trabalho (considerando pessoas com 14 anos ou mais de idade), aposentadoria, pensão, aluguel e arrendamento, pensão alimentícia, doação e mesada de quem não é morador do domicílio, e a categoria outros, que inclui rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de

estudos e programas sociais do governo - como Bolsa Família/Auxílio Brasil, seguro-desemprego e BPC.

MASSA DE RENDIMENTO

Outra forma de observar a desigualdade no país é ao analisar a distribuição da massa de rendimentos a cada segmento da população. Em 2023, essa massa foi a maior já estimada para o país, alcançando R\$ 398,3 bilhões, um crescimento de 12,2% a mais que o de 2022, quando foi de R\$ 355 bilhões.

A parcela da população brasileira com os 10% dos menores rendimentos respondia por apenas 1,1% dessa massa. Ou seja, de cada R\$ 100 de rendimento do país, R\$ 1,1 era recebido por 10% da população com menor renda.

Já os 10% dos brasileiros no topo da pirâmide recebiam 41% da massa de rendimentos. Isto é, de cada R\$ 100, R\$ 41 foram recebidos pelos 10% de maior renda. Para se ter uma ideia do tamanho da concentração, os 80% dos brasileiros com menores renda detinham 43,3% da massa nacional.

Entre 2022 e 2023, a desigualdade entre topo e base da pirâmide piorou um pouco. A participação dos mais ricos passou de 40,7% para 41% da massa. Para os mais pobres houve acréscimo de 1 para 1,1%. Comparando antes e depois da pandemia, houve redução da desigualdade. A participação dos mais ricos caiu de 42,8% (recoo de 1,8 ponto percentual); e a dos mais pobres subiu de 0,8% (elevação de 0,3 ponto percentual).

ÍNDICE DE GINI

A pesquisa do IBGE mostra o comportamento do Índice de Gini, uma ferramenta que mede a concentração de renda da população. O indicador varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade.

O indicador de 2023 ficou em 0,518, o mesmo de 2022 e o menor já registrado pela série histórica iniciada em 2012. O ponto mais desigual foi em 2018, quando alcançou 0,545.

O analista Gustavo Geaquinto explica que se a análise fosse apenas com o rendimento proveniente do trabalho, haveria pequena variação positiva do Índice de Gini, ou seja, aumento da desigualdade. Mas o movimento foi compensado por efeitos de programas sociais.

“Esse efeito, sobretudo do Bolsa Família, contrabalançou isso, beneficiando principalmente os domicílios de menor renda, de forma a manter a estabilidade desse indicador”, diz. (Agência Brasil)



Número de indústrias interessadas em se instalar no RJ dobra no primeiro bimestre

Concessão de incentivos fiscais deve resultar em investimentos de cerca de R\$ 46 milhões no estado

Número de indústrias interessadas em abrir ou ampliar seus negócios no Estado do Rio de Janeiro mais que dobrou no primeiro bimestre de 2024, em relação a 2023. De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), o aumento de 125% no quantitativo de incentivos fiscais concedidos a empresas do setor industrial, nos dois primeiros meses do ano, representa investimentos em torno de R\$ 46 milhões em território fluminense – 13% a mais que no mesmo período do ano passado

– e centenas de novos empregos.

– Voltamos a atrair investimentos para o Rio de Janeiro, graças ao ambiente de negócios juridicamente seguro que estabelecemos no estado, e verificamos um crescimento significativo da produção industrial nos últimos 12 meses. Encerramos 2023 com índices bem acima da média nacional e não deixamos o ritmo cair, iniciando 2024 com o setor aquecido. No primeiro bimestre desse ano, tivemos mais de uma indústria por semana se movimentando para entrar ou se expandir em território fluminense

– destacou o governador Cláudio Castro.

Segundo a Codin, o quantitativo total de empregos que serão gerados pelas empresas que tiverem seus pleitos de incentivos fiscais analisados e aprovados pela Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE), no primeiro bimestre, também registrou um aumento expressivo: 30% a mais que o total verificado em janeiro e fevereiro de 2023.

– O interesse do setor industrial no Rio de Janeiro deve con-

tinuar crescendo, estimulado pela desburocratização da máquina pública e por uma forte e responsável política de incentivos e segurança jurídica – afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinícius Farah.

Para o presidente da Codin, Fábio Picanço, esse avanço é fruto da transparência e do trabalho do Governo do Estado, realizado por meio da Companhia, em parceria com os demais órgãos estaduais e também com o legislativo.

– Contamos com um quadro técnico altamente qualificado e

estamos investindo ainda mais em capacitação e nos processos de análise. Também não podemos esquecer das secretarias estaduais da Fazenda, a Casa Civil e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que, aliadas à Codin, têm demonstrado um desempenho exemplar pelo desenvolvimento socioeconômico do estado – comentou Picanço.

As empresas que mais tiveram incentivos fiscais aprovados nos dois primeiros meses do ano são do setor atacadista e estão localizadas na região Metropolitana do Estado do Rio.